

L E I N° 1.145/73

E S T A T U T O
D O S
F U N C I O N Á R I O S
P Ú B L I C O S
D O
M U N I C Í P I O
D E
B A N D E I R A N T E S
E S T A D O
D O
P A R A N Á

L E I N° 1.145/73

DATA: 23 de agosto de 1973.

SÚMULA: Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Bandeirantes, Estado do Paraná.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte

L E I

Artigo 1° Esta Lei institui o Regime Jurídico dos Funcionários Públicos do Município de Bandeirantes.

Artigo 2° Para os efeitos deste Estatuto, Funcionário é pessoa legalmente investida no cargo público.

Artigo 3° O cargo público será obrigatoriamente criado por Lei, com denominação própria e número certo.

Artigo 4° Os cargos públicos são considerados de carreira ou isolado.

§ 1° São de carreira os que se integram em classes e correspondem a profissão ou atividade com denominação própria.

§ 2° São isolados os que não se podem integrar em classes e correspondem a certa e determinada função.

§ 3° Os cargos isolados são de provimento efetivo ou em comissão, conforme determina a Lei.

Artigo 5° Classe é o agrupamento de cargos de atribuições da mesma natureza, denominação idêntica e semelhantes quanto ao grau de dificuldade e responsabilidade das atribuições.

Parágrafo único. É vedado atribuir ao funcionário encargos ou serviços diversos dos de sua classe ou cargo, ressalvados o disposto no Artigo 79.

Artigo 6° Série ou carreira é um conjunto de classes de semelhante natureza de trabalho, escalonadas segundo diferentes níveis de vencimentos, indicando um caminho natural de promoção.

Artigo 7° Quadro é o conjunto de séries de classes ou carreira, cargos isolados e funções gratificadas.

Artigo 8° Não haverá equivalência entre as diferentes séries de classes quanto às atribuições funcionais.

§ 1º É vedada a vinculação ou equiparação de qualquer natureza para efeito de remuneração de pessoal do serviço público Municipal.

§ 2º Os vencimentos dos cargos do órgão Legislativo não poderão ser superiores aos pagos pelo órgão Executivo, para cargos de atribuições iguais ou semelhantes.

Artigo 9º Os cargos públicos municipais serão acessíveis a todos os brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos neste Estatuto.

§ 1º A primeira investidura em cargo público dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 2º Prescindirá de concurso a nomeação para cargos em comissão, declarados em Lei de livre nomeação e exoneração.

T Í T U L O I I

DO CONCURSO PÚBLICO, DO PROVIMENTO E DA VACÂNCIA

C A P Í T U L O I

DO CONCURSO PÚBLICO

Artigo 10 A nomeação, para cargo que deva ser provido em caráter efetivo, dependerá de habilitação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, respeitada a ordem de classificação dos candidatos aprovados e vedadas quaisquer vantagens entre os concorrentes.

Artigo 11 As normas gerais para a realização de concurso e para a convocação e indicação dos candidatos serão estabelecidas em regulamento.

§ 1º Além das normas gerais, os concursos serão regidos por instruções especiais, que deverão ser expedidas pelo órgão competente.

§ 2º A organização e execução dos concursos deverão ser centralizados em um só órgão.

Artigo 12 Poderá inscrever-se em concurso quem tiver o mínimo de dezoito anos e o máximo de quarenta e cinco anos de idade.

Parágrafo único. O limite máximo de idade, previsto neste artigo, é dispensado para candidato que exerça cargo ou função pública.

Artigo 13 Só serão aceitas as inscrições dos candidatos que tenham atendido as exigências contidas nas normas gerais e nas instruções especiais.

Parágrafo único. Encerradas as inscrições, legalmente processadas para o concurso e investidura em qualquer cargo, não se abrirão novas antes de sua realização.

Artigo 14 Os concursos serão aplicados e julgados por comissão integradas de pessoas de reconhecida capacidade e idoneidade, em que pelo menos a maioria dos membros seja estranha ao serviço público municipal.

Artigo 15 O prazo de validade dos concursos será fixado nas instruções especiais, até o máximo de dois anos.

Artigo 16 Os concursos deverão estar homologados pelo Prefeito Municipal no prazo de noventa dias, a contar do encerramento das inscrições.

C A P Í T U L O I I

DO PROVIMENTO

Artigo 17 Os cargos públicos serão providos por:

- I** - nomeação;
- II** - promoção;
- III** - reintegração;
- IV** - reversão;
- V** - aproveitamento;
- VI** - transferência (Lei 1380/79 - Art. 1º).

Parágrafo único. O provimento dos cargos públicos da Prefeitura é da competência exclusiva do Prefeito.

Artigo 18 Só poderá ser investido em cargo público municipal quem satisfazer os requisitos seguintes:

- I** - ser brasileiro;
- II** - Ter completado dezoito anos de idade;
- III** - contar menos de quarenta e cinco anos de idade;
- IV** - estar em gozo dos direitos políticos;
- V** - estar quites com as obrigações militares;
- VI** - ter boa conduta;
- VII** - gozar de boa saúde, comprovada em exame médico;
- VIII** - possuir aptidão para o exercício do cargo;
- IX** - ter atendido as condições especiais prescritas em Lei ou regulamento para determinados cargos.

Parágrafo único. Os requisitos do item III será dispensado:

- I** - quando do provimento de cargo em comissão;
- II** - quando do provimento de cargo efetivo, desde que o candidato exerça cargo ou função pública há mais de dois anos.

S E C ã O I

DA NOMEAÇÃO

Artigo 19 A nomeação será feita:

I - em caráter efetivo, quando se tratar de cargo de carreira ou isolado;

II - Em comissão quando se tratar de cargo isolado que, em virtude de lei, assim deva ser provido.

Parágrafo único. Os cargos de que trata o item II deste Artigo são de livre nomeação e exoneração.

S E C Ç Ã O II

DA PROMOÇÃO

Artigo 20 Promoção é a elevação do funcionário estável à classe imediatamente superior aquela a que pertence, na respectiva série de classes.

Artigo 21 Haverá no serviço público municipal somente o sistema de "Promoção Horizontal".

§ 1º A promoção horizontal consiste na passagem do funcionário de uma para outra classe, imediatamente superior, dentro da mesma série de classes.

§ 2º A promoção horizontal implica somente em aumento de vencimentos sem qualquer alteração nos deveres, atribuições e responsabilidades do funcionário.

Artigo 22 A Prefeitura deverá realizar as promoções, no mês de dezembro, de três em três anos, a partir de 1975.

Artigo 23 Será de três anos de efetivo exercício na classe o interstício para o funcionário ser promovido, na forma desta seção.

Parágrafo único. A promoção somente poderá ser efetuada no caso de existir cargo vago na classe imediatamente superior ao objeto de promoção.

Artigo 24 As promoções far-se-ão exclusivamente pelo critério de merecimento, mediante aplicação do "Boletim de Merecimento" composto dos seguinte itens:

- A)** Condições Essenciais;
- B)** Condições Complementares;
- C)** Resultado da Apuração.

§ 1º Nas "Condições Essenciais" apurar-se-á o merecimento considerando-se os seguintes fatores:

- I** - qualidade do trabalho;
- II** - quantidade de trabalho;
- III** - auto-suficiência;
- IV** - iniciativa;
- V** - ética profissional;

VI - compreensão dos deveres.

§ 2º Nas "Condições Complementares", apurar-se-á o merecimento considerando-se os seguintes fatores:

- I** - falta de assiduidade, e
- II** - penas disciplinares.

§ 3º Os fatores correspondentes às "Condições Essenciais" serão computados como pontos positivos, e os fatores correspondentes às "Condições Complementares" serão computados como pontos negativos.

Artigo 25 A apuração de merecimento será efetuada anualmente, no bimestre novembro-dezembro, a partir do ano de 1974.

§ 1º A data da promoção, conforme Artigo 22, será calculada a média aritmética, tanto das "Condições Essenciais" como das "Condições Complementares", de conformidade com o número de apurações.

§ 2º Somente poderá ser promovido o funcionário que perfizer média igual ou superior a vinte pontos, no item "Condições Essenciais".

§ 3º A média do item "Condições Complementares", tem, exclusivamente, finalidade classificatória.

§ 4º O índice de merecimento, para efeito de promoção, é dado pela soma das médias dos itens "Condições Essenciais" e "Condições Complementares", que corresponde ao item "Resultado da Apuração".

Artigo 26 Será avaliado anualmente o merecimento de todos os funcionários que estejam no exercício das funções próprias do seu cargo efetivo ou em outras gratificadas ou em comissão.

§ 1º O item **A** (Condições Essenciais) é apurado conjuntamente pelo Diretor do Departamento e o Chefe da Repartição em que esteja lotado o funcionário.

§ 2º O item **B** (Condições Complementares) é apurado pela Divisão do Pessoal.

§ 3º O item **C** (Resultado da Apuração) será apurado pela Divisão do Pessoal somente na época de Promoção.

Artigo 27 As promoções obedecerão rigorosamente a ordem de classificação, dentro da respectiva classe.

Parágrafo único. Ocorrendo empate na classificação terá preferência o funcionário de maior tempo de serviço e em caso de persistência no empate, o de maior idade.

Artigo 28 Será declarada sem efeito a promoção indevida, não ficando o funcionário obrigado à restituições, salvo na hipótese de declaração falsa ou omissão intencional.

Artigo 29 Os direitos e vantagens decorrentes da promoção serão contados a partir da publicação do Ato, salvo quando publicado fora do prazo legal, caso em que vigorará a partir do último dia do referido prazo, conforme o artigo 22.

Artigo 30 A promoção é exclusividade de funcionário estável.

Parágrafo único. É vedada a promoção de funcionário aposentado ou em disponibilidade. (Lei 1380/79 - Art. 1º)

S E C Ç Ã O I I I

DA REINTEGRAÇÃO

Artigo 31 A reintegração, que decorrerá de decisão administrativa ou judicial com trânsito em julgado, é o reingresso do funcionário no serviço público, com ressarcimento dos prejuízos decorrentes do afastamento.

Artigo 32 Quando a reintegração resultar de decisão judicial serão também ressarcíveis as custas e honorários de advogado.

Artigo 33 O pagamento dos prejuízos a que alude os artigos 31 e 32, desta seção, deverá ser liquidado no prazo máximo de sessenta dias da data da reassunção do cargo ou da disponibilidade.

Artigo 34 Será sempre proferida em pedido de reconsideração, em recurso ou em revisão de processo, a decisão administrativa que determine a reintegração.

Artigo 35 A reintegração será feita no cargo anteriormente ocupado; se este houver sido transformado, no cargo resultante da transformação e, se extinto, em cargo de vencimento equivalente, atendida a habilitação profissional.

Artigo 36 Não sendo possível a reintegração, pela forma prevista no artigo anterior, será o funcionário posto em disponibilidade.

Artigo 37 Quando a reintegração for decorrente de decisão judicial, quem houver ocupado o cargo reintegrado ficará exonerado de plano ou será reconduzido ao cargo que anteriormente ocupava, mas sem direito à indenização.

Artigo 38 Em se tratando de primeira investidura o ocupante do cargo a que alude o artigo anterior, sendo estável, ficará em disponibilidade.

Artigo 39 Transitado em julgado a sentença que determinar a reintegração, o órgão incumbido da defesa do Município, em Juízo, representará imediatamente, ao Prefeito, a fim de ser expedido o título de reintegração, no prazo máximo de trinta dias.

Artigo 40 O funcionário reintegrado será submetido a exame médico e aposentado, quando julgado incapaz.

S E C Ã O I V

DA REVERSÃO

Artigo 41 Reversão é o reingresso do aposentado no serviço público municipal, após verificação, em processo, de que não subsistem os motivos determinantes da aposentadoria.

§ 1º A reversão far-se-á a pedido ou de ofício, atendido sempre o interesse do Município.

§ 2º A reversão dependerá sempre da existência de cargo vago e de exame médico em que fique comprovada a capacidade para o exercício deste.

§ 3º O aposentado não poderá reverter à atividade se contar mais de setenta anos de idade.

§ 4º Será tornada sem efeito a reversão e cassada a aposentadoria do funcionário que não entrar em exercício nos prazos previstos.

Artigo 42 Respeitada a habilitação profissional, a reversão far-se-á, de preferência, no mesmo cargo anteriormente ocupado ou em outro de atribuições análogas.

§ 1º A reversão nunca poderá ser feita para cargo de vencimentos ou remuneração inferiores aos proventos do revertido.

§ 2º A reversão, a pedido, somente poderá ser feita no mesmo cargo que o funcionário ocupava quando de sua aposentadoria.

Artigo 43 A reversão dará direito, em caso de nova aposentadoria ou disponibilidade, a contagem do tempo em que o funcionário esteve aposentado.

S E C Ã O V

DO APROVEITAMENTO

Artigo 44 Aproveitamento é o retorno do funcionário em disponibilidade ao exercício de cargo público.

Artigo 45 O funcionário em disponibilidade será, obrigatoriamente aproveitado no preenchimento de vaga que se verificar no Quadro do funcionalismo municipal.

§ 1º O aproveitamento dar-se-á em cargo equivalente, por sua natureza e vencimentos, ao que o funcionário ocupava quando em disponibilidade.

§ 2º O aproveitamento dependerá sempre de inspeção médica que prove a capacidade para o exercício do cargo.

§ 3º Se, dentro dos prazos legais, o funcionário devidamente notificado por escrito, não entrar em exercício do cargo em que houver sido aproveitado, será tornado sem efeito o aproveitamento e cassada a disponibilidade, com perda de todos os direitos de sua anterior situação, salvo no caso de doença comprovada em inspeção médica ou do exercício do mandato eletivo, caso em que ficará adiada até a cessação dos impedimentos.

§ 4º Será aposentado o funcionário em disponibilidade que, em inspeção médica, for julgado incapaz, ressalvada a readaptação.

Artigo 46 Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o funcionário que contar mais tempo de disponibilidade, e em caso de empate, o de maior tempo de serviço público.

S E C Ç Ã O V I

DA TRANSFERÊNCIA (Lei 1380/79)

Artigo 46.1 Transferência é a mudança do funcionário estável, ocupante de um cargo público em que foi investido com prévia aprovação em concurso público de provas ou provas e títulos, para outro nível, da mesma classe, desde que o funcionário preencha o requisito do nível de instrução exigido para o cargo objeto da transferência.

Artigo 46.2 A transferência far-se-á a pedido do funcionário, atendida a conveniência do serviço.

Artigo 46.3 Havendo mais de um concorrente à mesma vaga, terá preferência o funcionário que contar maior tempo de serviço prestado ao município.

C A P Í T U L O III

DA VACÂNCIA

Artigo 47 A vacância do cargo decorrerá de:

- I** - exoneração;
- II** - demissão;
- III** - promoção;
- IV** - aposentadoria;
- V** - falecimento.

§ 1º Dar-se-á a exoneração:

- I** - a pedido do funcionário;
- II** - de ofício:

a) quando se tratar de cargo em comissão;

b) quando não satisfeitas as condições do estágio probatório;

c) quando o funcionário não entrar em exercício no prazo legal.

§ 2º A demissão será aplicada como penalidade e deverá ser precedida de processo disciplinar.

Artigo 48 A vacância da função gratificada decorrerá de:

- I - dispensa, a pedido do funcionário;
- II - dispensa, a critério da autoridade, a que couber a decisão;
- III - destituição.

Parágrafo único. A destituição será aplicada como penalidade.

T Í T U L O I I I
DA POSSE E DO EXERCÍCIO
C A P Í T U L O I
DA POSSE

Artigo 49 Posse é o ato que investe o cidadão em cargo público.

Parágrafo único. Não haverá posse nos casos de promoção, reintegração, reversão, aproveitamento e transferência, devendo o título de nomeação ser apostilado. (Lei 1380/79)

Artigo 50 Do termo de posse, assinado pela autoridade competente e pelo funcionário, constará o compromisso de fiel cumprimento dos deveres, bem como das exigências deste Estatuto.

Artigo 51 São competentes para dar posse:

- I - o Prefeito Municipal, aos ocupantes de cargos de provimento em comissão;
- II - O Diretor do Departamento, aos ocupantes de cargo de provimento efetivo, em seu respectivo Departamento.

Artigo 52 A posse verificar-se-á dentro do prazo de trinta dias contados da data da publicação do ato de nomeação.

§ 1º Este prazo poderá ser prorrogado até trinta dias, a requerimento do interessado, por motivo justificado, a critério da autoridade competente para dar posse.

§ 2º Se a posse não se der dentro do prazo inicial ou da prorrogação será tornada sem efeito a nomeação, por ato do Prefeito.

C A P Í T U L O I I

DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Artigo 53 O funcionário, nomeado em caráter efetivo, fica sujeito a estágio probatório de dois anos de exercício ininterrupto, durante o qual apurar-se-á a conveniência ou não de ser confirmada a sua nomeação, mediante a verificação dos seguintes requisitos:

- I** - idoneidade moral;
- II** - assiduidade;
- III** - disciplina;
- IV** - eficiência.

§ 1º A Divisão de Pessoal solicitará ao chefe da Repartição em que sirva o funcionário sujeito ao estágio probatório, três meses antes do término deste, informações reservadas, sobre os requisitos previstos neste artigo.

§ 2º Em seguida, a Divisão de Pessoal formulará parecer escrito, baseado nas informações, opinando sobre o merecimento do estagiário em relação a cada um dos requisitos, concluindo a favor ou contra a confirmação do funcionário.

§ 3º Deste parecer, se contrário à confirmação, será dada vista ao estagiário pelo prazo de dez dias, para aduzir sua defesa.

§ 4º Julgando o parecer e a defesa, o Prefeito decretará a exoneração do funcionário se achar aconselhável, ou o confirmará, se sua decisão for favorável à permanência do funcionário.

Artigo 54 A apuração dos requisitos, de que trata o artigo anterior, deverá processar-se de modo que a exoneração do funcionário possa ser feita antes de findo o período do estágio.

Parágrafo único. Findo o período do estágio, com ou sem pronunciamento, o funcionário se tornará estável.

Artigo 55 Ficará dispensado de novo estágio probatório o funcionário que, já tendo adquirido estabilidade, for nomeado para outro cargo público municipal.

C A P Í T U L O I I I

DO EXERCÍCIO

Artigo 56 Exercício é o desempenho dos deveres e atribuições do cargo ou função pública.

Parágrafo único. O início, a interrupção e o reinício do exercício serão registrados no assentamento individual do funcionário.

Artigo 57 O exercício será dado pelo Chefe da Repartição para o qual foi designado o funcionário.

Artigo 58 O exercício terá início no prazo de trinta dias contados:

I - da data da posse, no caso de nomeação;
II - da data da publicação oficial do ato, nos casos de reintegração, reversão, aproveitamento ou designação para o desempenho de função gratificada.

Parágrafo único. A promoção não interrompe o exercício, que será contado, na nova classe, a partir da data da publicação do ato que promover o funcionário.

Artigo 59 O funcionário nomeado deverá ter exercício na Repartição em cuja lotação houver claro.

Artigo 60 Nenhum funcionário poderá ter exercício em Repartição deferente daquela em que estiver lotado, salvo quando legalmente autorizado.

Artigo 61 Ao entrar em exercício, o funcionário apresentará ao órgão competente os elementos necessários ao seu assentamento individual.

Artigo 62 O funcionário que não entrar em exercício dentro do prazo estabelecido nesta seção, será exonerado do cargo ou dispensado da função gratificada.

Artigo 63 Salvo nos casos previstos neste Estatuto, o funcionário que interromper o exercício, por trinta dias consecutivos ou sessenta alternados num período de doze meses, será demitido por abandono de cargo.

C A P Í T U L O I V

DO AFASTAMENTO

Artigo 64 o afastamento do funcionário de sua Repartição, para ter exercício em outra, da União, do Estado ou de suas Autarquias, só se verificará em casos excepcionais de comprovada necessidade.

§ 1º Na hipótese de requisição ou disposição, por parte do poder público, o afastamento dependerá de prévia anuência do funcionário, por escrito.

§ 2º Compete ao Prefeito Municipal autorizar o afastamento de que trata este artigo.

§ 3º Este afastamento poderá ser com ou sem ônus para o Município e somente ocorrerá se não acarretar prejuízos aos serviços municipais.

Artigo 65 Nenhum funcionário poderá ausentar-se do Município para estudo ou missão de qualquer natureza, com ou sem ônus para os cofres públicos, sem autorização expressa do Prefeito.

§ 1º A ausência não poderá exceder a dois anos e, finda a missão ou estudo, somente poderá ser concedido novo afastamento depois de decorridos dois anos de exercício efetivo no Município, contados da data do regresso.

§ 2º O prazo previsto no parágrafo anterior, poderá ser concedido até cinco anos, desde que, comprovadamente, o prazo de dois anos não seja suficiente para completar a missão ou estudo.

§ 3º Em qualquer dos casos previstos neste artigo fica o funcionário obrigado a comprovar que se utilizou do afastamento para o fim a que foi autorizado.

Artigo 66 Será considerado afastado do exercício, até decisão final passada em julgamento, o funcionário:

- I - preso em flagrante ou preventivamente;
- II - pronunciado ou condenado por crime inafiançável;
- III - denunciado por crime funcional, desde o recebimento da denúncia.

Parágrafo único. No caso de condenação e se esta não for de natureza que determine a demissão do funcionário, continuará ele afastado na forma deste artigo, até o cumprimento total da pena com direito a um terço dos vencimentos.

C A P Í T U L O V

DO REGIME DE TRABALHO

Artigo 67 O Prefeito Municipal determinará o período de trabalho diário.

Artigo 68 O horário de funcionamento dos Órgãos da Prefeitura será fixado pelo Prefeito, atendendo-se às necessidades dos serviços, a natureza das funções e às características das Repartições, obedecendo o expediente mínimo de trinta e três horas e o máximo de quarenta e quatro horas semanais.

Parágrafo único. Se o expediente diário for num turno só, poderá haver um intervalo, nunca porém, superior a quinze minutos.

Artigo 69 O período de trabalho nos casos de comprovada necessidade, poderá ser antecipado ou prorrogado pelo Diretor do Departamento ou Chefe de Repartição em seu respectivo Departamento ou Repartição.

Parágrafo único. No caso de antecipação ou prorrogação deste período, será remunerado o trabalho extraordinário, na forma prevista neste Estatuto.

Artigo 70 Todo funcionário ficará sujeito ao ponto, que é o registro pelo qual se verificará, diariamente, a entrada e a saída do funcionário em serviço.

§ 1º Nos registros de ponto deverão ser lançados os elementos necessários à apuração da frequência.

§ 2º Para os registros de ponto serão usados, de preferência, meios mecânicos.

§ 3º Salvo os casos expressamente determinados pelo Prefeito, baixado o ato competente, é vedado dispensar funcionário de registro de ponto.

C A P Í T U L O V I

DA FALTA AO SERVIÇO

Artigo 71 Nenhum funcionário poderá faltar ao serviço sem causa justificável.

Parágrafo único. Considera-se causa justificável, moléstia ou motivo relevante que por sua natureza e circunstância, principalmente pelas consequências no círculo da família, possa razoavelmente constituir escusa do não comparecimento.

Artigo 72 O funcionário que faltar ao serviço fica obrigado a requerer a justificação da falta, por escrito, ao seu chefe imediato, no primeiro dia que comparecer à repartição, sob pena de sujeitar-se às consequências resultantes da ausência.

§ 1º Para justificação da falta poderá exigir-se prova do motivo alegado pelo funcionário.

§ 2º Não poderão ser justificadas as faltas que excederem a doze por ano, e não mais que duas por mês.

§ 3º O chefe imediato do funcionário decidirá a justificação das faltas até o máximo de seis por ano; a justificação das que excederem a esse número, até o limite de doze, será submetida, devidamente informada por essa autoridade, à decisão de seu superior hierárquico, no prazo de cinco dias.

§ 4º A autoridade competente decidirá sobre a justificação no prazo de cinco dias, cabendo recurso para a autoridade superior quando indeferido o pedido.

§ 5º Decidido o pedido de justificação da falta, será o requerimento encaminhado à Divisão Pessoal para as devidas anotações.

§ 6º A falta justificada não acarretará redução de vencimentos.

T U T U L O I V

DAS MUDANÇAS FUNCIONAIS

C A P Í T U L O I

DA FUNÇÃO GRATIFICADA

Artigo 73 Função gratificada é a instituída em Lei para atender a encargo de chefia e outros que não justifiquem a criação de cargo, e pelo seu exercício será concedida vantagem acessória aos vencimentos.

Parágrafo único. A função gratificada não consiste cargo ou emprego, mas situação transitória que confere ao funcionário responsabilidades adicionais e vantagens correspondentes.

Artigo 74 O desempenho de função gratificada é privativo de pessoa legalmente investida em cargo efetivo, e será determinado mediante ato do Prefeito.

Artigo 75 A gratificação será percebida cumulativamente com os vencimentos ou remuneração do cargo de que for titular o gratificado.

Artigo 76 Não perderá a gratificação o funcionário que se ausentar em virtude de férias, luto, casamento, licença para tratamento de saúde ou à gestante, serviços obrigatórios por Lei, ou atribuições regulares decorrentes de seu cargo ou função.

C A P Í T U L O I I

DA SUBSTITUIÇÃO

Artigo 77 haverá substituição remunerada no impedimento do ocupante de cargo de provimento em comissão e de função gratificada, quando o período do afastamento exceder a trinta dias.

Parágrafo único. A substituição será feita mediante ato do Prefeito.

Artigo 78 O substituto exercerá o cargo ou função enquanto durar o impedimento do titular, percebendo o valor da Função Gratificada ou do Cargo Comissionado, se optar por este.

C A P Í T U L O I I I

DA READAPTAÇÃO

Artigo 79 Readaptação é a investidura em função mais compatível com a capacidade do funcionário, e dependerá sempre de inspeção médica.

Artigo 80 A readaptação não acarretará diminuição nem aumento de vencimentos ou remuneração e será feita mediante ato do Prefeito.

C A P Í T U L O I V

DA REMOÇÃO OU PERMUTA

Artigo 81 Remoção ou permuta é a mudança de funcionário de uma para outra repartição da Prefeitura.

Artigo 82 A remoção, a pedido ou de ofício, poderá ser feita:

- I** - de um Departamento para outro Departamento;
- II** - de uma Divisão ou Seção para outra Divisão ou Seção, dentro do mesmo Departamento.
- III** - de uma Escola para outra Escola do Município.

§ 1º São competentes para efetuar a remoção:

- I** - o Prefeito, no caso do item I;
- II** - O Diretor do Departamento, em seu respectivo Departamento, nos casos dos itens II e III.

§ 2º A remoção somente poderá ser efetuada respeitando-se a lotação de cada Departamento, Divisão ou Seção.

Artigo 83 A permuta será processada a pedido de ambas as partes interessadas, respeitados os requisitos da remoção.

C A P Í T U L O V

DA LOTAÇÃO E DA RELOTAÇÃO

Artigo 84 Entende-se por lotação o número de cargos de carreira e isolados necessários ao funcionamento de cada seção, Divisão ou Departamento.

Parágrafo único. Lotação depende de Lei.

Artigo 85 Relotação é a transferência do cargo de carreira ou isolado de uma repartição para outra, dependendo de Lei sua efetivação.

Parágrafo único. Se o cargo objeto da relotação estiver ocupado, seu ocupante o acompanhará.

T Í T U L O V

DAS PRERROGATIVAS, DOS DIREITOS E DAS VANTAGENS

C A P Í T U L O I

DAS PRERROGATIVAS

S E C Ç Ã O I

DO TEMPO DE SERVIÇO

Artigo 86 Será feita em dias a apuração do tempo de serviço.

§ 1º O número de dias de efetivo exercício será computado à vista do registro de frequência.

§ 2º O número de dias será convertido em anos, considerados de trezentos e sessenta e cinco dias, computando-se os dias restantes.

§ 3º Para efeito de aposentadoria e disponibilidade, será arredondado, para uma ano, o número excedente de cento e oitenta e dois dias.

Artigo 87 Será considerado de efetivo exercício o afastamento em virtude de:

- I** - férias;
- II** - casamento, até oito dias;
- III** - luto, até oito dias, por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmãos.
- IV** - luto, até dois dias, por falecimento de avós, tios, cunhados, padrasto, madrastra, genro, nora, sogro e sogra;
- V** - exercício de outro cargo municipal de provimento em comissão;
- VI** - convocação para o serviço militar;
- VII** - júri e outros serviços obrigatórios por Lei;
- VIII** - licença-prêmio;
- IX** - licença à funcionária gestante;
- X** - licença a funcionário acidentado em serviço ou atacado de doença profissional ou moléstia enumerada no artigo 127;
- XI** - licença para tratamento de saúde;
- XII** - missão ou estudo noutros pontos do território nacional ou estrangeiro, quando o afastamento houver sido expressamente autorizado pelo Prefeito;
- XIII** - provas escolares e competição esportiva, quando o afastamento foi autorizado pelo Prefeito;
- XIV** - faltas justificadas;
- XV** - exercício de função ou cargo de governo ou administração, por nomeação do Presidente da República ou do Governador do Estado;
- XVI** - afastamento por processo disciplinar, se o funcionário for declarado inocente, ou se a punição se limitar à pena de repreensão;
- XVII** - prisão se ocorrer soltura, afinal por haver sido reconhecida a ilegalidade da medida ou a improcedência da imputação;
- XVIII** - disponibilidade;
- XIX** - atividade privada. (Lei 1317/77)

Artigo 88 Computar-se-á o tempo de serviço na seguinte conformidade:

I - para efeitos de avanços e adicionais:

a) o tempo de serviço prestado ao Município sob qualquer forma de admissão ou contratação, desde que remunerado pelos cofres municipais;

II - para efeitos de licença-prêmio:

a) o tempo de serviço efetivamente prestado ao Município.
(Lei 1213/74)

III - para efeitos de aposentadoria e disponibilidade:

a) o tempo de serviço público federal, estadual e municipal;

b) o tempo de serviço prestado ao Município sob qualquer forma de admissão ou contratação, desde que remunerada pelos cofres municipais;

c) o tempo de serviço prestado em autarquias municipais, estaduais e federais;

d) o tempo em que o funcionário estiver em disponibilidade;

e) em dobro o período de licença-prêmio não gozada nem paga em dinheiro;

f) o período de serviço ativo nas forças armadas, contando-se em dobro o tempo correspondente a operações de guerra, de que o funcionário tenha efetivamente participado.

Parágrafo único. Será computado ainda, para efeito de aposentadoria, o período de exercício de mandato eletivo federal ou estadual.

Artigo 89 É vedada a acumulação de tempo de serviço prestado concomitantemente em mais de um cargo ou função da União, Estados, Territórios, Municípios e suas entidades de administração indireta.

S E C Ç Ã O I I

DA ESTABILIDADE

Artigo 90 O funcionário nomeado em caráter efetivo adquire estabilidade após dois anos de efetivo exercício.

§ 1º Ninguém pode ser efetivado ou adquirir estabilidade se não prestar concurso público.

§ 2º A estabilidade diz respeito ao serviço público, não ao cargo.

Artigo 91 O funcionário estável não poderá ser demitido se não em virtude de sentença judiciária, ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Artigo 92 A estabilidade não impedirá à administração de readaptar o funcionário em função mais compatível com sua capacidade, resguardado, porém, o direito aos vencimentos correspondentes ao cargo de que for afastado.

S E C Ç Ã O I I I

DA DISPONIBILIDADE

Artigo 93 Extinto o cargo ou declarada pelo Poder Executivo a sua desnecessidade, o funcionário estável ficará em disponibilidade remunerada, com vencimentos integrais.

Parágrafo único. A extinção do cargo, assim como a declaração de sua desnecessidade, far-se-á por decreto, quando pertencente ao Executivo e por resolução, quando integrante do Quadro Legislativo.

Artigo 94 A extinção ou declaração de desnecessidade do cargo de que trata o artigo anterior, efetivar-se-á somente quando verificada a impossibilidade de redistribuição do cargo com o seu ocupante, ou inviabilidade de sua transformação.

Parágrafo único. A desnecessidade do cargo decorrerá, ainda, de verificação da lotação do pessoal exigida em virtude das atribuições exercidas pelo setor administrativo de que seja integrante.

Artigo 95 Verificada a impossibilidade de redistribuição ou transformação do cargo, aplicar-se-á disponibilidade na seguinte ordem:

- I** - ao que tenha ingressado no serviço público, sem prestação de concurso em relação ao que tenha prestado;
- II** - ao que conte menos tempo de serviço público;
- III** - ao menos idoso;
- IV** - ao de menor número de dependentes

Artigo 96 Na contagem de tempo de serviço, para fins de disponibilidade serão observados os preceitos aplicáveis à aposentadoria.

Parágrafo único. O funcionário em disponibilidade, poderá ser aposentado desde que preencha os requisitos para a aposentadoria, ou posto à disposição de outro órgão, em ambos os casos, a seu pedido.

Artigo 97 O valor dos proventos a que tem direito o funcionário em disponibilidade será proporcional ao tempo de serviço, na razão de 1/35 avos por ano se do sexo masculino, ou 1/30 avos, se do sexo feminino.

§ 1º No caso dos funcionários em relação aos quais a contagem de tempo de serviço para a aposentadoria voluntária seja regida por Lei especial, o cálculo da proporcionalidade dos proventos far-se-á tomada por base a fração anual correspondente.

§ 2º Em qualquer caso, o valor dos proventos será acrescido do salário-família, bem como do valor integral do adicional por tempo de serviço e demais vantagens pessoais, na base a que fizer jus na data da disponibilidade.

Artigo 98 O funcionário posto em disponibilidade, nos termos desta seção, poderá, a juízo e no interesse da Administração, ser aproveitado em cargos de natureza e vencimentos compatíveis com os do anteriormente ocupado.

§ 1º Observar-se-á, no aproveitamento, a seguinte ordem de preferência entre os disponíveis que, de acordo com este artigo, possam ocupar o cargo a ser provido:

- I - o de mais tempo de serviço público;
- II - o mais idoso;
- III - o de maior número de dependentes.

§ 2º o aproveitamento dependerá de prova de capacidade, mediante inspeção médica.

§ 3º Restabelecido o cargo, de que era titular, ainda que modificada a sua denominação, será obrigatoriamente, aproveitado nele o funcionário posto em disponibilidade quando de sua extinção, ou declaração de sua desnecessidade.

S E C Ç Ã O I V

DA APOSENTADORIA

Artigo 99 O funcionário será aposentado:

- I - por invalidez;
- II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, ou
- III - voluntariamente, após trinta e cinco anos de serviço.

Parágrafo único. No caso do item III, o prazo é de trinta anos para as mulheres.

Artigo 100 Os proventos de aposentadoria serão:

I - integrais, quando o funcionário:

a) contar trinta e cinco anos de serviço, se do sexo masculino, ou trinta anos de serviço, se do sexo feminino; ou

b) se invalidar por acidente em serviço, por moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificada em Lei.

II - proporcionais ao tempo de serviço, quando o funcionário contar menos de trinta e cinco anos de serviço, salvo o disposto no parágrafo único do artigo 99.

§ 1º Os proventos de inatividade serão revistos sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade, e será sempre na mesma proporção.

§ 2º Ressalvados o disposto no artigo anterior, em caso nenhum os proventos de inatividade poderão exceder à remuneração percebida na atividade.

§ 3º O tempo de serviço público federal, estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

101 O funcionário municipal que se incapacitar para o exercício de qualquer cargo ou função pública será licenciado na forma prevista neste Estatuto, por período não superior a quatro anos; findo este prazo, se perdurar a incapacidade, será o funcionário aposentado qualquer que seja seu tempo de serviço, possibilitada a reversão.

Artigo 102 A aposentadoria dependente de inspeção médica só será decretada depois de verificada a impossibilidade de readaptação do funcionário.

Parágrafo único. O laudo médico deverá mencionar a natureza da doença ou lesão declarando se o funcionário se encontra inválido para o exercício do cargo ou para o serviço público em geral.

Artigo 103 É automática a aposentadoria compulsória.

Parágrafo único. O retardamento do ato que declara a aposentadoria compulsória não impede que o funcionário se afaste do exercício no dia imediato ao em que atingir a idade limite.

Artigo 104 Nos demais casos de aposentadoria, os efeitos do ato verificar-se-ão a partir da data de sua publicação, devendo nos casos de invalidez, retroagir conforme o caso, à data do término da licença ou da verificação da invalidez.

C A P Í T U L O I I

DOS DIREITO E VANTAGENS DE ORDEM SOCIAL

S E C Ç Ã O I

DAS FÉRIAS

Artigo 105 O funcionário terá direito ao gozo de trinta dias consecutivos de férias, por cada ano de efetivo exercício.

§ 1º Somente após o primeiro ano de exercício, no Município, adquirirá o funcionário direito à férias.

§ 2º Não terá direito à férias o funcionário que durante o período de sua aquisição permanecer no gozo de licença para tratar de interesses particulares.

Artigo 106 Será de férias para o professor o período de férias escolares, não podendo ser inferior a sessenta dias por ano, dos quais pelo menos trinta dias devem ser consecutivos.

Artigo 107 É proibido levar à conta de férias qualquer falta ao serviço.

Artigo 108 Em caso excepcional, a critério da administração, poderão, as férias, ser concedidas em dois períodos, nenhum dos quais poderá ser inferior a dez dias consecutivos.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao professor.

Artigo 109 Os membros de uma mesma família, terão direito a gozar férias no mesmo período, se assim o desejarem, e se disto não resultar prejuízo para o serviço.

Artigo 110 É proibida a acumulação de férias, salvo por absoluta necessidade do serviço, e pelo máximo de dois períodos. (Lei 1213/74)

§ 1º Somente serão considerados como não gozadas, por absoluta necessidade de serviço, as férias que o funcionário deixar de gozar mediante decisão escrita do Prefeito, exarada em processo e publicada na forma legal dentro do exercício a que elas correspondem.

§ 2º As férias não gozadas na forma deste artigo, poderão ser contadas, em dobro, para todos os efeitos legais, mediante requerimento do funcionário.

Artigo 111 É vedado o pagamento de férias em dinheiro.

Parágrafo único. Em caso de exoneração do funcionário ser-lhe-á paga remuneração correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido.

Artigo 112 É facultado ao funcionário gozar férias onde lhe convier, cumprindo-lhe, no entanto, comunicar, por escrito, ao Chefe da Repartição, seu endereço eventual.

Artigo 113 O funcionário promovido, ou removido, durante as férias, não será obrigado a apresentar-se antes de terminá-las.

Artigo 114 No mês de dezembro o Chefe de cada Repartição organizará a escala de férias para o ano seguinte, que deverá ser aprovado pelo Diretor do Departamento, podendo, entretanto, ser alterada de acordo com a conveniência do serviço.

§ 1º O funcionário que exerce função de chefia não será incluído na escala, entrando em férias na época julgada conveniente pela Administração.

§ 2º Organizada a escala de férias, será esta encaminhada à divisão do pessoal, que procederá sua publicação.

§ 3º É assegurado ao funcionário estudante o direito de gozar férias no período de férias escolares.

S E C Ç Ã O I I

DAS LICENÇAS

S U B S E C Ç Ã O I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 115 Conceder-se-á ao funcionário licença:

- I** - para tratamento de saúde;
- II** - por motivo de doença em pessoa da família;
- III** - para repouso à gestante;
- IV** - para serviço militar obrigatório;
- V** - para tratar de interesses particulares;
- VI** - como prêmio à assiduidade;
- VII** - para o desempenho de mandato eletivo.

Parágrafo único. Ao ocupante de cargo de provimento em comissão não se concederá licença nos casos dos itens V, VI e VII.

Artigo 116 A licença dependente de exame ou inspeção médica será concedida pelo prazo indicado no atestado ou laudo.

Artigo 117 Finda a licença, o funcionário deverá assumir, imediatamente o exercício do cargo, salvo prorrogação.

Parágrafo único. O pedido de prorrogação deverá ser apresentado pelo menos três dias antes de finda a licença, contando-se, se indeferido, como licença o período compreendido entre a data da conclusão desta e a do conhecimento oficial do despacho denegatório da prorrogação.

Artigo 118 Findo o prazo da licença, poderá haver novo exame e o laudo médico concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria, se for o caso.

Artigo 119 As licenças concedidas dentro de sessenta dias, contados do término da anterior, serão consideradas em prorrogação.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo somente serão levadas em consideração as licenças da mesma espécie.

Artigo 120 O funcionário não poderá permanecer em licença por moléstia, por prazo superior a quatro anos.

Artigo 121 Decorridos o prazo estabelecido no artigo anterior, o funcionário será submetido a exame e aposentado, se for considerado definitivamente inválido para os serviços públicos em geral.

Artigo 122 As licenças somente poderão ser concedidas por ato expresso do Prefeito.

Artigo 123 O funcionário em gozo de licença comunicará ao Chefe da Repartição o local onde poderá ser encontrado. Poderá ele gozar a licença onde lhe convier, salvo determinação médica expressa em contrário.

S U B S E Ç Ã O I I

DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Artigo 124 A licença para tratamento de saúde será concedida de ofício ou a pedido de funcionário ou de seu representante, quando ele não o possa fazer.

§ 1º Em qualquer dos casos é indispensável a inspeção médica, que será realizada, sempre que possível, por médico oficial do Município, do Estado ou da União.

§ 2º Caso o funcionário esteja ausente do Município poderá ser admitido o laudo do Serviço Oficial de Saúde, da localidade onde ele esteja.

§ 3º No caso do § 2º, o funcionário deverá, ainda, comprovar o endereço.

Artigo 125 O funcionário não poderá permanecer em licença para tratamento de saúde por prazo superior a vinte e quatro meses, exceto nos casos considerados recuperáveis, em que, a critério da junta médica, esse prazo poderá ser prorrogado, até mais vinte e quatro meses.

Parágrafo único. Expirado o prazo do presente artigo, o funcionário será submetido a nova inspeção médica e aposentado se julgado definitivamente inválido para o serviço público em geral e não puder ser readaptado na forma do artigo 79 deste Estatuto.

Artigo 126 Em caso de acidente ocorrido em serviço, moléstia profissional, doença grave contagiosa ou incurável que imponha cuidados permanentes, poderá a junta médica, se considerar o doente irrecuperável, sugerir, como resultado da inspeção, a imediata aposentadoria.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata este artigo a inspeção deverá ser feita por uma junta de, pelo menos, três médicos, que subscreverão o laudo, no qual deverá constar o nome e a natureza da doença.

Artigo 127 Para os fins previstos no artigo anterior, considera-se doença passível de aposentadoria, a tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia irreversível e incapacitante, cardiopatia grave, doença de Parkinson, espondiloartrose, nefropatia grave e estados avançados de Paget (osteíte deformante).

Artigo 128 Moléstia profissional é aquela que possa ser considerada decorrente das condições inerentes ao serviço ou a fatos nele ocorridos.

Artigo 129 Ao funcionário, no curso de licença para tratamento de saúde é vedado o exercício de atividades remuneradas, sob pena de suspensão de licença com perda total dos vencimentos ou remuneração, até que reassuma o cargo.

Parágrafo único. Os dias correspondentes à perda de vencimentos ou remuneração, nos termos deste artigo, serão considerados como de licença, na forma do item V, do artigo 115.

Artigo 130 O funcionário não poderá recusar à inspeção médica, sob pena de suspensão do pagamento de seus vencimentos ou remuneração, até que a mesma se realize.

Artigo 131 Considerado apto, em inspeção médica, o funcionário reassumirá o exercício, sob pena de serem computados como faltas os dias de ausência.

Artigo 132 No curso de licença poderá o funcionário requerer inspeção médica caso se julgue em condições de reassumir o exercício ou com direito a aposentadoria.

Artigo 133 Serão sempre integrais os vencimentos ou remuneração do funcionário licenciado para tratamento de saúde.

S U B S E Ç Ã O I I I

DA LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

Artigo 134 O funcionário poderá obter licença, por motivo de doença de ascendentes, descendentes, irmãos ou cônjuge não separados legalmente, provando ser indispensável sua assistência pessoal permanente, não podendo esta ser prestada simultaneamente com o exercício do cargo.

Parágrafo único. Provar-se-á a doença mediante inspeção médica, podendo esta ser determinada pelo Prefeito.

Artigo 135 A licença de que trata este artigo será concedida com vencimentos integrais até três meses; com dois terços dos vencimentos depois de três meses até seis meses; com um terço dos vencimentos de seis a doze meses; e sem vencimentos depois de doze meses até o máximo de vinte e quatro meses.

Artigo 136 Quando a pessoa da família do funcionário se encontrar em tratamento fora do município, permitir-se-á a inspeção por profissionais pertencentes ao serviço oficial de saúde da localidade onde esteja.

S U B S E Ç Ã O I V

DA LICENÇA À GESTANTE

Artigo 137 À funcionária gestante será concedida, mediante exame médico, licença de três meses, com vencimentos ou remuneração.

§ 1º Salvo prescrição médica em contrário, a licença será concedida a partir do oitavo mês de gestação.

§ 2º Ocorrido o parto, sem que tenha sido requerida a licença, a funcionária entrará, automaticamente, em licença pelo período de dois meses.

Artigo 138 A funcionária gestante, quando em serviço de natureza braçal, terá direito a ser aproveitada em função compatível

com o seu estado, a contar do quinto mês de gestação sem prejuízo do direito à licença de que trata esta subseção.

S U B S E Ç Ã O V

DA LICENÇA PARA O SERVIÇO MILITAR

Artigo 139 Ao funcionário que for convocado para o serviço militar e outros encargos de segurança nacional, será concedida a licença com vencimentos ou remuneração.

§ 1º A licença será concedida à vista do documento oficial que comprove a incorporação.

§ 2º Dos vencimentos ou remuneração descontar-se-á a importância que o funcionário perceber na qualidade de incorporado, salvo se optar pelas vantagens do serviço militar.

§ 3º Ao funcionário desincorporado conceder-se-á prazo não excedente de trinta dias, para que reassuma o exercício sem perda dos vencimentos ou remuneração.

Artigo 140 A licença de que trata o artigo anterior será também concedida ao funcionário que houver feito o curso para ser admitido como oficial da reserva das Forças Armadas, durante os estágios prescritos pelos regulamentos militares, aplicando-se-lhe o disposto no § 2º do artigo anterior.

S U B S E Ç Ã O V I

DA LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSES PARTICULARES

Artigo 141 Somente depois de estável, o funcionário poderá obter licença, sem vencimentos ou remuneração, para tratar de interesses particulares.

§ 1º O funcionário aguardará, em exercício, a concessão da licença.

§ 2º A licença não poderá ser por tempo superior a dois anos.

§ 3º Só poderá ser concedida nova licença depois de decorridos dois anos do término da anterior.

§ 4º Para nenhum efeito será computado como tempo de serviço o período em que o funcionário estiver de licença na forma desta subseção.

Artigo 142 Não será concedida licença para tratar de interesses particulares quando, fundamentalmente, for julgada inconveniente para o serviço ou quando se tratar de funcionário removido antes de assumir o exercício.

Artigo 143 O funcionário poderá, a qualquer tempo, desistir da licença para tratar de interesses particulares.

Artigo 144 Em caso de interesse público a licença de que trata esta subseção poderá ser cassada pela autoridade competente, devendo o funcionário ser expressamente notificado do fato.

Parágrafo único. Na hipótese de que trata este artigo, o funcionário deverá apresentar-se ao serviço no prazo de trinta dias, a contar da notificação, findo os quais a sua ausência será computada como falta ao trabalho.

S U B S E C Ã O V I I

LICENÇA-PRÊMIO

Artigo 145 Ao funcionário que requerer, será concedida licença-prêmio de seis (6) meses, com todos os direitos de seu cargo efetivo, após cada decênio de efetivo exercício.

§ 1º Somente o tempo de serviço público prestado a este Município será contado para efeito de licença-prêmio.

§ 2º O funcionário que estiver nas condições deste artigo perceberá, ainda, a gratificação em virtude de exercício de função gratificada, desde que esteja no exercício da mesma por período não inferior a doze (12) meses consecutivos.

§ 3º A licença-prêmio, com as vantagens do cargo em comissão, somente será concedida ao funcionário que o venha exercendo, no período aquisitivo, há mais de dois (2) anos.

§ 4º Após cada quinquênio de efetivo exercício, ao funcionário que a requerer conceder-se-á licença especial de três (3) meses, com todos os direitos e vantagens inerentes ao seu cargo efetivo.

Artigo 146 Não terá direito à licença-prêmio o funcionário que, dentro do período aquisitivo, houver:

- a) sofrido pena de suspensão;
- b) faltado ao serviço, injustificadamente, por mais de quinze (15) dias, consecutivos ou não;
- c) gozado licença:

1. superior a cento e oitenta (180) dias, consecutivos ou não, para tratamento de saúde;

2. superior a noventa (90) dias, consecutivos ou não por motivo de doença em pessoa da família;

3. superior a noventa (90) dias, consecutivos ou não, para tratar de interesses particulares.

Artigo 147 A concessão de licença-prêmio será precedida de informação da Divisão de Pessoal, quanto o preenchimento de todos os requisitos legalmente exigidos.

Artigo 148 A licença-prêmio, a pedido do funcionário, poderá ser concedida em três (3) etapas de gozo, porém, observando-se, que, nenhuma das etapas seja inferior a sessenta (60) dias.

Artigo 149 É facultado ao Prefeito Municipal, no prazo de trinta (30) dias após a informação da Divisão de Pessoal, decidir quanto à data de início do período de gozo.

§ 1º A concessão da licença-prêmio deverá ser exercitada no período de vinte e quatro (24) meses sucessivos à sua aquisição.

§ 2º O direito ao gozo da licença-prêmio prescreverá em vinte e quatro (24) meses após o complemento do período aquisitivo.

Artigo 150 O funcionário deverá aguardar em exercício a concessão da licença-prêmio.

Artigo 151 A concessão da licença-prêmio dependerá de novo ato quando o funcionário não iniciar o seu gozo dentro dos trinta (30) dias seguintes à data daquele que a deferiu.

Artigo 152 A licença-prêmio poderá ser contada em dobro, para todos os efeitos legais, a pedido do funcionário. (Lei 1213/74)

S U B S E C ã O V I I I

DA LICENÇA PARA DESEMPENHO DE MANDATO ELETIVO

Artigo 153 O funcionário público municipal investido em mandato eletivo federal ou estadual será considerado licenciado com o afastamento do exercício do seu cargo, até o término do seu mandato.

Parágrafo único. O período do exercício de mandato eletivo federal ou estadual, será contado como tempo de serviço apenas para efeito de promoção por antigüidade e aposentadoria.

Artigo 154 O funcionário municipal, quando no exercício do mandato de Prefeito, afastar-se-á de seu cargo, por todo período do mandato, podendo optar pelos vencimentos sem prejuízo da verba de representação.

Parágrafo único. Quando o mandato for de Vice-Prefeito, somente será obrigado a afastar-se de seu cargo quando substituir o Prefeito, podendo optar pelos vencimentos, sem prejuízos da verba de representação.

Artigo 155 O funcionário municipal, no exercício de mandato de vereador do Município, ficará sujeito às seguintes normas:

I - quando a vereança for remunerada, afastar-se-á, mediante licença, do cargo, optando pelos vencimentos ou pelo subsídio;

II - Quando a vereança for gratuita, havendo incompatibilidade de horário, afastar-se-á do serviço no dia da sessão sem prejuízo dos vencimentos de seu cargo.

Artigo 156 A licença prevista nesta subseção, se não for concedida antes, considerar-se-á automática com a posse no mandato eletivo.

Parágrafo único. O funcionário afastado nos termos deste artigo, só poderá reassumir o exercício do cargo após o término ou renúncia do mandato.

Artigo 157 O funcionário ocupante de cargo em comissão será exonerado deste cargo com a posse no mandato eletivo.

Parágrafo único. Se o ocupante do cargo em comissão for também titular de um cargo de provimento efetivo, ficará exonerado daquele e licenciado deste na forma prevista nesta subseção.

S E C Ç Ã O I I I

DO ACIDENTE DE TRABALHO

Artigo 158 O funcionário que sofrer acidente no exercício de suas atribuições, ou que contrair doença profissional, terá direito à licença, com vencimentos integrais.

§ 1º Acidente é o evento danoso que tem como causa imediata, o exercício das atribuições inerentes ao cargo.

§ 2º Equipara-se a acidente, a agressão sofrida e não provocada pelo funcionário, no exercício de suas atribuições.

§ 3º A comprovação do acidente, indispensável para a concessão da licença, deverá ser feita em processo regular, no prazo de oito dias.

§ 4º O tratamento do acidentado em serviço correrá por conta dos cofres Municipais.

§ 5º Resultando do acidente incapacidade total e permanente, o funcionário será aposentado com vencimentos integrais.

§ 6º Entende-se por incapacidade parcial e permanente a redução, por toda a vida, da capacidade de trabalho; por incapacidade total e permanente, a invalidez irreversível.

S E C Ç Ã O I V

DA PENSÃO

Artigo 159 Em caso de morte do funcionário estável, será concedida à viúva pensão mensal correspondente a 60 % (sessenta por cento) de sua remuneração.

Parágrafo único. O valor da pensão será revisto sempre que, por motivo de alteração do poder aquisitivo da moeda, se modificarem os vencimentos dos funcionários em atividade, e será sempre na mesma proporção.

Artigo 160 Além da pensão prevista nesta seção a viúva terá direito à percepção do salário-família, na forma prevista no item I do artigo 196 deste Estatuto.

Artigo 161 A viúva perderá o direito à pensão no caso de contrair novo matrimônio.

Artigo 162 Em caso de falecimento da viúva, a pensão continuará sendo paga aos filhos, menores ou inválidos, através de um tutor nomeado na forma que estabelece o Código Civil.

Parágrafo único. No caso deste Artigo, a cada filho menor ou inválido corresponderá cota igual a 1/5 da pensão, até no máximo de cinco filhos.

Artigo 163 A cota da pensão se extinguirá quando o filho completar dezoito anos, salvo se inválido.

Parágrafo único. No caso de filho inválido, a cota da pensão continuará sendo paga até a cessação da invalidez ou morte.

S E C Ç Ã O V

DA ASSISTÊNCIA AO FUNCIONÁRIO

Artigo 164 O Município promoverá, o bem estar e o aperfeiçoamento físico, intelectual e moral dos funcionários e de suas famílias, na forma que a Lei estabelecer.

Parágrafo único. Com esse fim serão organizados:

I - programa de assistência médica, dentária, farmacêutica e hospitalar;

II - plano de previdência, seguro e assistência judiciária;

III - cursos de aperfeiçoamento e especialização profissional em matéria de interesse do Município;

IV - cursos de extensão, conferências, congressos, publicações e trabalhos referentes ao serviço público;

V - viagens de estudo e visitas a serviços de utilidade pública, para especialização e aperfeiçoamento;

VI - centro de recreação, repouso e férias.

Artigo 165 A Lei regulará as condições de organização e funcionamento dos serviços de assistência referidos no artigo anterior.

Artigo 166 Todo funcionário será inscrito em instituição de previdência social.

S E C Ç Ã O V I

DO DIREITO DE PETIÇÃO E RECURSO

Artigo 167 É assegurado ao funcionário o direito de requerer ou representar, pedir reconsideração e recorrer, desde que o faça dentro das normas de urbanidade, observadas as seguintes regras:

I - Nenhuma solicitação, qualquer que seja sua forma, poderá ser:

- a)** dirigida à autoridade incompetente para decidi-la
- b)** encaminhada, sem conhecimento da autoridade a que o funcionário estiver direta e indiretamente subordinado;

II - O pedido de reconsideração deverá ser dirigido à autoridade que houver expedido o ato ou proferido a decisão e somente será cabível quando contiver novos argumentos;

III - Nenhum pedido de reconsideração poderá ser renovado;

IV - Somente caberá recurso quando houver pedido de reconsideração desatendido ou não decidido no prazo legal;

V - O recurso será dirigido à autoridade imediatamente superior à que tiver expedido o ato ou proferido a decisão e, sucessivamente, na escala ascendente, às demais autoridades;

VI - Nenhum recurso poderá ser encaminhado mais de uma vez à mesma autoridade.

§ 1º O requerimento e o pedido de reconsideração, de que trata este artigo, deverão ser decididos dentro de trinta dias, no máximo.

§ 2º A decisão final de recurso a que se refere este artigo deverá ser dada dentro do prazo máximo de noventa dias, contados da data de seu recebimento pelo protocolo da Prefeitura e, uma vez proferida, será imediatamente publicada, sob pena de responsabilidade do funcionário a quem incumbir a publicação.

§ 3º Os pedidos de reconsideração e recursos não tem efeito suspensivo; se providos darão lugar às retificações necessárias, retroagindo os seus efeitos à data do ato impugnado, desde que a autoridade competente não determine outras providências, quanto aos efeitos relativos ao passado.

Artigo 168 O direito de pleitear, na esfera administrativa, prescreverá:

I - em cinco anos, quanto aos atos de que decorram demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade;

II - em cento e vinte dias nos demais casos.

Parágrafo único. O prazo de prescrição contar-se-á da data da publicação oficial do ato impugnado.

Artigo 169 O pedido de reconsideração e recurso, quando cabíveis, interrompem a prescrição uma só vez, observada a legislação federal sobre a prescrição quinquenal.

Artigo 170 É assegurado ao funcionário o direito de vista do processo administrativo em que seja parte, quando denegatória e decisão.

Artigo 171 São fatais e improrrogáveis os prazos estabelecidos nesta seção.

S E C Ç Ã O V I I

DO FUNCIONÁRIO ESTUDANTE

Artigo 172 O município facilitará a seus funcionários a conclusão de cursos em que estejam inscritos ou que venham a se inscrever.

Artigo 173 Nenhum desconto sofrerá em seus vencimentos o funcionário regularmente matriculado em estabelecimento de ensino superior, médio ou técnico-profissional, por motivo de afastamento do serviço em período de provas parciais ou finais a que estiver sujeito no referido estabelecimento.

§ 1º O mesmo direito será assegurado ao funcionário que vier a realizar exame-vestibular de curso superior.

§ 2º O funcionário deverá fazer prova, perante o seu chefe imediato, das datas e horários em que serão realizadas as provas e, posteriormente, comprovar o seu comparecimento, sob pena de ser considerado faltoso ao serviço.

Artigo 174 O Município poderá conceder ajuda ou bolsa de estudo a funcionário que curse, regularmente, escola de nível superior.

C A P Í T U L O I I I

DOS DIREITOS E DAS VANTAGENS DE ORDEM PECUNIÁRIA

S E C Ç Ã O I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 175 Além dos vencimentos poderão ser deferidas as seguintes vantagens ao funcionário:

- I** - diárias;
- II** - gratificações;
- III** - salário-família;
- IV** - auxílio para diferença de caixa;
- V** - auxílio-doença.

Parágrafo único. O funcionário que receber dos cofres públicos vantagem indevida será punido e obrigado a restituição, caso tenha agido de má fé.

Artigo 176 Só será admitida procuração para o recebimento de qualquer importância dos cofres municipais, decorrentes do exercício do cargo ou função, quando outorgada por funcionário ausente do município ou impossibilidade de se locomover.

Artigo 177 É proibido ceder ou gravar vencimentos ou quaisquer vantagens decorrentes do exercício do cargo ou função, salvo os descontos autorizados em Lei.

S E C Ã O I I

DOS VENCIMENTOS E REMUNERAÇÃO

Artigo 178 Vencimento é a retribuição paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo, correspondente ao nível e classe fixados em Lei.

Parágrafo único. É vedada a prestação de serviço gratuito.

Artigo 179 Remuneração é a retribuição paga ao funcionário pelo efetivo exercício do cargo correspondente ao nível e classe fixados em Lei, acrescida das vantagens pessoais de que seja titular.

Artigo 180 O funcionário que não estiver no exercício do cargo somente poderá perceber vencimentos ou remuneração nos casos previstos em Lei.

Artigo 181 O funcionário perderá:

I - os vencimentos ou remuneração do dia se não comparecer ao serviço, salvo os casos previstos neste Estatuto;

II - um terço dos vencimentos ou remuneração do dia se não comparecer ao serviço dentro da hora seguinte à marcada para o início dos trabalhos ou quando se retirar até uma hora antes de findo o período de trabalho;

III - um terço dos vencimentos ou remuneração durante o afastamento por motivo de prisão em flagrante, preventiva, pronúncia ou condenação por crime inafiançável, denúncia, desde seu recebimento, por crime funcional, com direito à diferença, se absolvido;

IV - dois terços dos vencimentos ou remuneração durante o período do afastamento em virtude de condenação por sentença definitiva, à pena que não determine demissão.

Parágrafo único. Os vencimentos ou remuneração do funcionário só poderão sofrer descontos autorizados em Lei.

S E C Ã O I I I

DAS DIÁRIAS

Artigo 182 Ao funcionário que, por determinação do Prefeito, deslocar-se temporariamente, do Município para outro local, no desempenho de suas atribuições, ou em missão ou estudo, desde que relacionado com a função que exerce, será concedida, além do transporte, a diária a título de indenização das despesas de alimentação e pousada.

Parágrafo único. Não se concederá diária quando o deslocamento constituir exigência permanente do cargo ou função.

Artigo 183 A tabela de diárias contará de regulamento expedido pelo Prefeito Municipal, através de decreto.

Parágrafo único. As diárias recebidas indevidamente serão devolvidas de uma só vez, ficando, ainda, o funcionário sujeito a punição disciplinar.

S E C Ç Ã O I V

DAS GRATIFICAÇÕES

Artigo 184 Conceder-se-á gratificações:

- I** - pela prestação de serviços extraordinário;
- II** - Pela execução ou colaboração em trabalhos técnicos ou especializados fora das atribuições normais do cargo;
- III** - pela execução de trabalho de natureza especial com risco de vida e saúde;
- IV** - pela participação em órgão de deliberação coletiva;
- V** - pelo exercício de encargo de auxiliar ou membro de banca ou comissão de concurso;
- VI** - por tempo de serviço.

Artigo 185 Terá direito à gratificação por serviço extraordinário, o funcionário que for convocado para prestação de trabalho fora do horário normal de expediente a que estiver sujeito.

Parágrafo único. Fica expressamente vedado o pagamento de gratificações por serviços extraordinários ao funcionário ocupante de cargo comissionado, ou que esteja no exercício de função gratificada.

Artigo 186 A gratificação de que trata o artigo anterior não poderá exceder a um terço dos vencimentos do funcionário.

Artigo 187 A convocação para prestação de serviços extraordinários será feita pelo Diretor do Departamento ou Chefe da Repartição a que estiver afeto o funcionário.

§ 1º A gratificação será paga por hora de trabalho prorrogado ou antecipada, na mesma razão percebida pelo funcionário em cada hora de período normal.

§ 2º Em se tratando de serviço extraordinário noturno, assim entendido o prestado no período compreendido entre dezoito e seis horas, o valor da hora será acrescido de 25 % (vinte e cinco por cento).

Artigo 188 A gratificação pela execução ou colaboração em trabalhos técnicos ou especializados de utilidade para serviço público municipal, será arbitrada pelo Prefeito após a conclusão dos trabalhos, ou previamente quando for o caso.

Artigo 189 A gratificação pela prestação de trabalhos com riscos de vida ou saúde depende de Lei especial.

Artigo 190 A gratificação, prevista nos itens IV e V do artigo 184, será fixada pelo Prefeito em cada caso.

Artigo 191 Serão concedidos ao funcionário, provido em caráter efetivo, avanço periódico de vencimentos à razão de 5 % (cinco por cento) por quinquênio de serviço público municipal, até o máximo de 25 % (vinte e cinco por cento), os quais serão sempre proporcionais aos vencimentos básicos e acompanhar-lhe-ão as oscilações.

Parágrafo único. O tempo de serviço público de que trata este artigo será computado na forma do item I do artigo 88.

Artigo 192 Além dos avanços de que trata o artigo anterior, conceder-se-á adicional por tempo de serviço à razão de 25 % (vinte e cinco por cento) ao funcionário que completar vinte e cinco anos de serviço público.

Parágrafo único. O tempo de serviço de que trata este artigo, será computado na forma do item I do artigo 88.

Artigo 193 O funcionário efetivo, quando no exercício de cargo comissionado terá seus avanços e adicionais calculados sobre os vencimentos do cargo efetivo.

Artigo 194 As vantagens de que tratam os artigos 192 e 193 serão pagas juntamente com os vencimentos e a estes incorporados para efeito de aposentadoria.

S E Ç Ã O V

DO SALÁRIO-FAMÍLIA

Artigo 195 Salário-família é o auxílio pecuniário concedido ao funcionário como retribuição de custeio das despesas de manutenção de seus dependentes.

Parágrafo único. O salário-família só é devido a partir do mês em que o funcionário comprovar a dependência.

Artigo 196 O salário-família é concedido ao funcionário ativo ou inativo:

I - por filho menor de dezoito anos;
II - por filho inválido;
III - pela esposa que não exerça atividade remunerada;
IV - pelo ascendente sem rendimento próprio que viva às expensas do funcionário.

Parágrafo único. Compreende-se neste artigo os filhos de qualquer condição, os enteados, os adotivos e o menor que, mediante autorização judicial, viver sob a guarda e sustento do funcionário.

Artigo 197 Quando o pai e a mãe forem ambos funcionários do Município, e viverem em comum, ao que tiver os dependentes sob sua

guarda e, se ambos os tiverem, de acordo com a distribuição dos dependentes.

Parágrafo único. Ao pai e à mãe equiparam-se o padrasto e a madrasta e , na falta destes, os representantes legais dos dependentes.

Artigo 198 O funcionário ativo ou inativo está obrigado a comunicar ao seu Chefe imediato, dentro de quinze dias, qualquer alteração que se verifique na situação dos dependentes, da qual decorra supressão ou redução do salário-família.

Parágrafo único. A inobservância desta obrigação determinará responsabilidades do funcionário.

Artigo 199 O salário-família será pago juntamente com os vencimentos ou remuneração.

Artigo 200 O salário-família será pago independentemente de frequência e produção do funcionário e não poderá sofrer qualquer desconto nem ser objeto de transação e consignação em folha de pagamento, nem sobre ela será baseada qualquer contribuição.

Artigo 201 O valor do salário-família será fixado em Lei.

Parágrafo único. Será pago em dobro o valor do salário-família por filho inválido.

Artigo 202 É vedado o pagamento de salário-família por dependente, em relação ao qual já esteja sendo percebido o benefício de outra entidade pública federal, estadual ou municipal.

Artigo 203 Em caso de falecimento do funcionário, o salário-família continuará a ser pago aos seus dependentes.

S E C Ç Ã O I V

DO AUXÍLIO PARA DIFERENÇA DE CAIXA

Artigo 204 Ao funcionário que no desempenho de suas atribuições normais, pagar ou receber em moeda corrente, será concedido auxílio fixado em 5 % (cinco por cento) de seus vencimentos, para compensar diferença de caixa.

Parágrafo único. O auxílio só será devido enquanto o funcionário estiver, efetivamente, executando serviços de pagamento ou recebimento.

S E C Ç Ã O V

DO AUXÍLIO-DOENÇA

Artigo 205 A cada período de doze meses consecutivos de licença para tratamento de saúde será concedido ao funcionário um mês de vencimentos a título de auxílio-doença.

Artigo 206 Ao funcionário licenciado para tratamento de saúde poderá ser concedido transporte, no caso de tratamento fora do município, inclusive para pessoa da família.

C A P Í T U L O I V

DO AUXÍLIO-FUNERÁRIO

Artigo 207 _ família do funcionário falecido em exercício, em disponibilidade ou aposentado, ou à pessoa que provar ter feito as despesas com seu funeral, será concedido, a título de auxílio-funerário, a importância correspondente a um mês de vencimentos, ou proventos.

Parágrafo único. O pagamento será efetuado mediante autorização do Prefeito, após a apresentação do atestado de óbito e dos documentos comprobatórios das despesas.

T Í T U L O V I

DOS DEVERES E DAS PROIBIÇÕES

C A P Í T U L O I

DOS DEVERES

Artigo 208 São deveres do funcionário, além dos que cabem em virtude de seu cargo ou função;

I - Comparecer à repartição nas horas de trabalho ordinário, e nas de trabalho extraordinário, quando devidamente convocado, executando serviços que lhe competirem;

II - Cumprir as ordens superiores, representando, imediatamente e por escrito, quando forem manifestadamente ilegais;

III - Desempenhar com zelo e presteza os trabalhos de que for incumbido;

IV - Respeitar e acatar seus superiores hierárquicos e tratar com urbanidade os companheiros de trabalho e as partes, atendendo-as sem preferências;

V - Providenciar para que esteja sempre em dia, no assentamento individual, sua declaração de família;

VI - Manter espírito de solidariedade e de colaboração com os companheiros de trabalho;

VII - Apresentar-se decentemente trajado em serviço ou com uniforme que for determinado em cada caso;

VIII - Guardar sigilo sobre os assuntos de repartição e sobre os despachos, decisões e providências;

IX - Representar a seu chefe imediato sobre todas as irregularidades, de que tiver conhecimento, ocorridas na repartição em que servir, ou às autoridades superiores, quando esse não tomar em consideração sua representação.

X - Residir no distrito onde exerce o cargo em localidade vizinha mediante autorização, se não houver inconveniência para o serviço;

XI - Zelar pela economia e conservação do material que foi confiado à sua guarda e utilização;

XII - Atender prontamente, com preferência sobre qualquer outro serviço, às requisições de papéis, documentos, informações ou providências que lhe forem feitas pelas autoridades judiciárias, para defesa em juízo do Município e do funcionário;

XIII - Apresentar relatórios ou resumo de suas atividades nas hipóteses e prazos previstos em lei, regulamento ou regimento;

XIV - Sugerir providências tendentes à melhoria e aperfeiçoamento do serviço.

Artigo 209 Será passível de responsabilidade o superior hierárquico que recebendo denúncia ou representação escrita e fundamentada contra funcionário subalterno, deixar de tomar as providências necessárias à apuração de sua responsabilidade.

C A P Í T U L O I I

DAS PROIBIÇÕES

Artigo 210 Ao funcionário é proibido:

I - Retirar, sem autorização prévia da autoridade competente, qualquer documento ou objeto da repartição;

II - Promover manifestação de apreço ou desapreço ou tornar-se solidário com elas, dentro da repartição;

III - Exercer comércio entre os companheiros de serviço, promover ou subscrever listas de donativos, dentro da repartição;

IV - Deixar de comparecer ao serviço sem causa justificada ou retirar-se da repartição durante as horas de expediente sem prévia autorização de seu superior imediato;

V - Empregar material do serviço público em serviço particular;

VI - entreter-se nos locais e horas de trabalho em atividades estranhas ao serviço;

VII - Fazer contratos de natureza comercial com o governo por si ou como representante de outrem;

VIII - Comerciar ou ter parte em sociedades comerciais, exceto como acionista, quotista ou comanditário, não podendo, em qualquer caso, ter funções de direção ou gerência;

IX - Incitar greves ou a elas aderir, ou praticar atos de sabotagem contra o regime ou o serviço público;

X - Praticar a usura em qualquer de suas formas;

XI - Pleitear, como procurador ou intermediário, junto às repartições municipais, salvo quando se tratar de interesses de parentes até 2º Grau;

XII - Receber de terceiros qualquer vantagem, por trabalhos realizados na repartição, ou pela promessa de realizá-los;

XIII - Receber estipêndios ou donativos de firmas fornecedoras, ou de entidades fiscalizadas, no país ou no estrangeiro, mesmo quando estiver em missão referente à compra de material ou fiscalização de qualquer natureza;

XIV - Valer-se de sua qualidade de funcionário para desempenhar atividades estranhas às funções ou para lograr, direta ou indiretamente, qualquer proveito;

XV - Coagir ou aplicar subordinados com objetivos de natureza política ou partidária;

XVI - Cometer à pessoa estranha ao serviço público o desempenho de encargo que lhe competir ou a seus subordinados, salvo dos casos previstos em lei;

XVII - Revelar fatos de que tenha conhecimento em razão de sua função;

XVIII - Referir-se de modo depreciativo, em informação, parecer ou despacho, às autoridades e atos da administração pública, podendo, porém, em trabalho assinado, criticá-las do ponto de vista doutrinário ou de organização e eficiência do serviço;

XIX - Censurar, pela imprensa, ou por qualquer outro meio de divulgação, os superiores hierárquicos e as autoridades constituídas.

Parágrafo único. Não está compreendida na proibição do item VIII deste artigo a participação do funcionário na direção, gerência ou sócio de cooperativas e de associações de classe.

T Í T U L O V I I

DAS INCOMPATIBILIDADES E DAS ACUMULAÇÕES

C A P Í T U L O I

DAS INCOMPATIBILIDADES

Artigo 211 É incompatível o exercício de cargo ou função pública municipal:

I - Com participação de gerência ou administração de empresas bancárias, industrial e comerciais, que mantenham relações com o Município, sejam por este subvencionadas ou diretamente relacionadas com a finalidade da repartição ou serviço em que o funcionário estiver lotado;

II - Com o exercício de representação de Estado Estrangeiro;

III - Com o exercício de cargo ou função subordinado a parente até o 2º grau, salvo quando se tratar de cargo ou função de imediata confiança e de livre escolha, não podendo exceder de dois o número de auxiliares nessas funções.

C A P Í T U L O I I

DAS ACUMULAÇÕES

Artigo 212 É vedado a acumulação remunerada de cargos e funções públicas exceto:

I - A de dois cargos de professor;

II - A de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

III - A de dois cargos privativos de médico;

IV - Outras atividades, como tais definidas em Lei Complementar (§/ artigo 99 C.F.).

§ 1º Em qualquer dos casos, a acumulação somente será permitida quando houver correlação de matérias e compatibilidade de horários;

§ 2º A proibição de acumular estende-se a cargos, funções ou empregos em autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista.

§ 3º A proibição de acumular proveitos não se aplica aos aposentados, quanto ao exercício de mandato eletivo, quanto ao de um cargo em comissão ou quanto o contrato para prestação de serviços técnicos e especializados;

Artigo 213 Verificada, em processo administrativo, a acumulação proibida e provada a boa-fé, o funcionário optará por um dos cargos ou funções.

Parágrafo único. Provada a má-fé, perderá todos os cargos ou funções será obrigado a restituir o que tiver recebido indevidamente.

Artigo 214 As autoridades e chefes de repartição que tiverem conhecimentos de que qualquer de seus subordinados acumula indevidamente cargos ou funções públicas, comunicarão o fato à Divisão de Pessoal, para fins indicados no artigo anterior, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo único. Qualquer pessoal poderá denunciar a existência de acumulação.

T Í T U L O V I I I

DA AÇÃO DISCIPLINAR

C A P Í T U L O I

DA RESPONSABILIDADE

Artigo 215 O funcionário Municipal será responsável civil, criminal e administrativamente pelos atos que praticar no exercício do cargo ou função ou a pretexto de exercê-los.

Parágrafo único. Caberá ao Prefeito Municipal decretar a prisão administrativa dos omissos ou remissos na prestação de contas de dinheiro, valores ou bens públicos confiados à sua guarda.

Artigo 216 A responsabilidade civil decorre de procedimento doloroso ou culposo, que importe em prejuízo para a Fazenda Municipal ou para terceiros;

§ 1º O Funcionário será obrigado a repor, de uma só vez a importância do prejuízo causado à Fazenda Municipal, em virtude de alcance, desfalque, remissão ou omissão em efetuar recolhimento ou entrada nos prazos legais;

§ 2º Nos demais casos, a identificação de prejuízos causados à Fazenda Municipal poderá ser liquidada mediante o desconto em folha, nunca excedente à quinta parte dos vencimentos ou remuneração;

§ 3º Tratando-se de danos causados a terceiros, responderá o funcionário perante a Fazenda Municipal, em ação regressiva, proposta, depois de transitar em julgado a decisão de última instância que houver condenado a Fazenda a indenizar o terceiro prejudicado.

Artigo 217 A responsabilidade criminal será apurada nos termos da Legislação Federal aplicável.

Artigo 218 A responsabilidade administrativa resulta de atos ou omissões praticadas no desempenho do cargo ou função.

Parágrafo único. A responsabilidade administrativa não exime o funcionário de responsabilidade civil ou criminal que couber, nem do pagamento da indenização a que fica obrigado.

C A P Í T U L O I I

DAS PENALIDADES

S E C Ç Ã O I

DAS PENALIDADES E SEUS EFEITOS

Artigo 219 Considera-se infração disciplinar o ato praticado pelo funcionário com violação dos deveres e das proibições decorrentes do cargo ou função que exerce.

Parágrafo único. A infração é punível, quer consista em ação ou omissão, e independente de ter produzido resultado perturbador ao serviço.

Artigo 220 São penas disciplinares, na ordem crescente de gravidade:

- I** - Advertência verbal;
- II** - Repreensão;
- III** - Suspensão;
- IV** - Multa;
- V** - Destituição de função;
- VI** - Demissão;
- VII** - Cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Artigo 221 As penas previstas nos itens II e VII serão sempre registradas no assentamento individual do funcionário.

Parágrafo único. As anistias não implicam no cancelamento do registro de qualquer penalidade, que servirá para apreciação da conduta do funcionário, mas nele se averbará que, por virtude de anistia, a pena deixou de produzir os efeitos legais.

Artigo 222 As penas disciplinares terão somente os efeitos declarados em lei.

Parágrafo único. Os efeitos das penas estabelecidas neste Estatuto são os seguintes:

I - A pena de suspensão implica:

a) Na perda dos vencimentos ou da remuneração durante o período da suspensão;

b) Na perda, para efeitos de contagem de tempo de serviço, de tantos dias quantos tenham durado a suspensão;

c) Na impossibilidade de promoção no período abrangido pela suspensão quando esta for superior a quinze dias;

d) Na perda do direito à licença para tratar de interesses particulares no período de um ano, a contar da expedição da suspensão superior a quinze dias;

II - A pena de multa implica na perda, para efeito de contagem de tempo, de tantos dias quantos aqueles que correspondam os vencimentos perdidos;

III - A destituição da função implica na privação de seu exercício, e será aplicada quando se verificar a falta de exação no cumprimento do dever.

IV - A pena de demissão simples importa:

a) na exclusão do funcionário dos serviços municipais;

b) na impossibilidade do reingresso do demitido ao serviço público municipal, antes de decorrido dois anos de aplicação da pena.

V - A pena de demissão qualificada com a nota "A bem do serviço público" importa na exclusão do funcionário e impossibilidade definitiva de seu reingresso nos serviços municipais

VI - A cassação da aposentadoria ou disponibilidade importa no desligamento do funcionário, aposentado ou em disponibilidade, do serviço público municipal, sem direito a qualquer provento.

Artigo 223 Não poderá ser aplicada ao funcionário, pela mesma infração, mais de uma pena disciplinar.

Parágrafo único. A infração mais grave absorve a mais leve.

S E C Ç Ã O I I

DA APLICAÇÃO DAS PENAS

Artigo 224 Na aplicação das penas disciplinares serão consideradas a natureza e gravidade da infração e os danos que dela provierem para o serviço público municipal.

Artigo 225 A pena de advertência será aplicada verbalmente em casos de infrações de natureza leve e sempre no intuito do aperfeiçoamento profissional do funcionário.

Artigo 226 A pena de repreensão será aplicada por escrito nos casos de:

I - reincidência das infrações sujeitas à pena de advertência;

II - desobediência e falta de cumprimento dos deveres.

Artigo 227 A pena de suspensão, que não excederá de noventa dias, será aplicada:

I - até trinta dias, ao funcionário que, sem justa causa, deixar de se submeter a exame médico determinado por autoridade competente;

II - nos de falta grave, ou reincidência de infração, a que foi aplicada a pena de repreensão.

Parágrafo único. quando houver conveniência para o serviço, a pena de suspensão poderá ser convertida em multa de até 50 % (cinquenta por cento) por dia, dos vencimentos ou remuneração, obrigado, neste caso, o funcionário a permanecer em serviço.

Artigo 228 A pena de demissão será aplicada nos casos de:

I - crime contra a administração pública;

II - abandono de cargo ou falta de assiduidade;

III - incontinência pública, conduta escandalosa e embriagues habitual;

IV - insubordinação grave em serviço;

V - ofensa física em serviço contra funcionários ou particular, salvo em legítima defesa;

VI - aplicação irregular do dinheiro públicos;

VII - lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio municipal;

VIII - corrupção passiva nos termos da Lei Penal;

§ 1º Poderá ainda, se aplicada a pena de demissão no caso de transgressão de qualquer dos itens dos artigos 211 e 213 deste Estatuto.

§ 2º Considera-se abandono de cargo, para fins deste artigo, a ausência do serviço, sem justa causa, por mais de trinta dias consecutivos.

§ 3º Considera-se falta de assiduidade, para fins deste artigo, a falta ao serviço, no período de doze meses, por mais de sessenta dias intercaladamente, sem justa causa.

Artigo 229 O ato de demissão mencionará sempre a causa da penalidade e seu fundamento legal.

§ único Atenta à gravidade de infração, a demissão poderá ser aplicada com a nota "a bem do serviço público".

Artigo 230 Será cassada a aposentadoria ou a disponibilidade se ficar provado que o inativo:

I - praticou, no exercício do cargo, falta grave para os quais é cominada neste Estatuto a pena de demissão "a bem do serviço público";

II - aceitou ilegalmente cargo ou função pública;

III - aceitou representação de Estado estrangeiro, sem prévia autorização legal;

IV - praticou usura em qualquer de suas formas.

Parágrafo único. Será igualmente cassada a disponibilidade do funcionário que não assumir no prazo legal, o exercício do cargo em que for aproveitado.

Artigo 231 Para efeito de graduação das penas disciplinares, serão sempre tomadas em conta as circunstâncias em que a infração tiver sido cometida e as responsabilidades do cargo ocupado pelo infrator.

§ 1º São circunstâncias atenuantes da infração disciplinar em especial:

I - o bom desempenho anterior dos deveres profissionais;

II - a confissão espontânea da infração;

III - a prestação de serviços considerados relevantes por Lei;

IV - a provocação injusta de superiores hierárquicos.

§ 2º São circunstâncias agravantes da infração disciplinar:

I - a combinação com outros indivíduos para a prática da falta;

II - o fato de ser cometida durante o cumprimento de pena disciplinar;

III - a acumulação de infração;

IV - a reincidência.

§ 3º A acumulação dá-se quando duas ou mais infrações são cometidas na mesma ocasião, ou quando uma é cometida antes de ter sido punida a anterior.

§ 4º A reincidência dá-se quando a infração é cometida antes de passado um ano sobre o dia em que tiver se dado o cumprimento da pena imposta em consequência da infração anterior.

Artigo 232 A aplicação das penalidades prescreverá: advertência, em três meses; repreensão, em seis meses, e multa, em doze meses; demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade, em quarenta e oito meses.

§ 1º Quando as faltas constituírem, também crime ou contravenção, a prescrição será regulada pela Lei Penal.

§ 2º O prazo prescricional contar-se-á desde a data do conhecimento do ato por superior hierárquico, constante de Registro Oficial.

S E C Ç Ã O I I I

DA COMPETÊNCIA DISCIPLINAR

Artigo 233 A aplicação das penas de advertência e repreensão é da competência de todas as autoridades administrativas em relação aos seus subordinados.

Artigo 234 A aplicação das penas de suspensão e multa, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de função é da competência exclusiva do Prefeito Municipal.

Artigo 235 Nenhum superior poderá delegar a subordinados a sua competência para punir

C A P Í T U L O I I I

DA PRISÃO ADMINISTRATIVA E DA SUSPENSÃO PREVENTIVA

Artigo 236 Cabe ao Prefeito ordenar, fundamentalmente e por escrito, a prisão administrativa de qualquer responsável por dinheiro e valores pertencentes à Fazenda Municipal ou que se acharem sob a guarda deste, nos casos de alcance, remissão ou omissão em efetuar as entradas no devido prazo.

§ 1º O Prefeito comunicará o fato imediatamente à autoridade competente, para os devidos efeitos, e concluído com urgência, o processo de tomadas de contas.

§ 2º A prisão administrativa não poderá exceder a noventa dias.

Artigo 237 O Prefeito poderá suspender, preventivamente, o funcionário até trinta dias, desde que se trate de irregularidade grave e, o simples afastamento do funcionário não atenda ao interesse público.

Parágrafo único. Instaurado o processo disciplinar, o funcionário designado para presidi-lo poderá propor ao Prefeito que seja sustada a suspensão preventiva ou prorrogada até mais sessenta dias.

Artigo 238 Durante o período de prisão administrativa ou da suspensão preventiva, o funcionário perderá um terço dos vencimentos ou remuneração.

Parágrafo único. O funcionário terá direito:

I - à diferença de vencimentos ou remuneração e à contagem de tempo de serviço relativa ao período em que tenha estado preso ou suspenso, quando o processo não houver resultado em pena disciplinar, ou esta se limitar à repreensão;

II - à diferença de vencimentos ou remuneração e à contagem de tempo de serviço correspondente ao período de afastamento excedente do prazo de suspensão efetivamente aplicado.

T Í T U L O I X

DO PROCESSO DISCIPLINAR E SUA REVISÃO

C A P Í T U L O X

DAS SINDICÂNCIAS

Artigo 239 A autoridade que tiver ciência ou notícia de irregularidades no serviço público municipal é obrigada a determinar a sua apuração imediata por meio de sindicância administrativa.

Parágrafo único. A autoridade que determinar a instauração de sindicância firmará prazo, nunca superior a trinta dias, para a conclusão, prorrogáveis até o máximo de quinze dias, à vista de representação motivada do sindicante.

Artigo 240 As sindicâncias serão abertas por portarias em que se indiquem seu objeto e um funcionário ou comissão de três funcionários efetivos para realizá-la.

§ 1º Quando a sindicância houver de ser realizada por comissão a portaria já designará seu presidente, e esta indicará o membro que deva secretariar os trabalhos.

§ 2º Quando a sindicância houver de ser realizada apenas por um sindicante, este designará outro funcionário para secretariar os trabalhos, mediante a aprovação do superior hierárquico do sindicado.

Artigo 241 O processo de sindicância será sumário, feitas as diligências necessárias à apuração das irregularidades e ouvido o sindicado e todas as pessoas envolvidas nos fatos, bem como peritos e técnicos necessários ao esclarecimento de questões especializadas, assegurado ao sindicado ampla defesa.

Parágrafo único. Terminada a instrução da sindicância, a autoridade sindicante apresentará relatório circunstanciado do que foi apurado, sugerindo o que julgar cabível ao saneamento das irregularidades e punição dos culpados ou a instauração de processo administrativo se forem apuradas infrações puníveis com as penas de demissão, cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

C A P Í T U L O I I

DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

S E Ç Ã O I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 242 As penas de demissão, de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade só poderão ser aplicadas mediante processo administrativo, em que se assegure ampla defesa ao processado.

Artigo 243 A competência para instauração de processo administrativo é exclusividade do Prefeito Municipal.

S E C Ç Ã O I I

DA INSTRUÇÃO

Artigo 244 O processo administrativo será instaurado mediante portaria, em que se especifique o seu objeto e designe a autoridade processante.

Artigo 245 O processo administrativo será realizado por uma comissão composta, no mínimo, de três funcionários, na forma do artigo anterior.

§ 1º A comissão somente poderá funcionar com a presença absoluta de seus membros.

§ 2º A autoridade competente, no ato da designação da comissão processante, indicará um dos funcionários para, como seu presidente, dirigir-lhe os trabalhos.

§ 3º O presidente da comissão designará um funcionário para secretariá-la, que poderá ser um dos membros da comissão.

§ 4º Os membros da comissão não deverão ser de nível inferior ao do indiciado, nem estarem ligados ao mesmo por qualquer vínculo de subordinação.

§ 5º Não poderá fazer parte da comissão o funcionário que tenha feito a denúncia ou a sindicância de que resultar o processo administrativo.

Artigo 246 Os membros da comissão, sempre que necessário, dedicarão todo o tempo aos trabalhos do processo ficando, em tal caso, dispensados dos serviços da repartição durante o curso das diligências e elaboração do relatório.

Artigo 247 O processo administrativo deverá ser iniciado dentro do prazo improrrogável de dez dias, contados da data da designação dos membros da comissão, e concluído no prazo de sessenta dias, prorrogáveis por mais trinta dias à juízo do Prefeito.

§ 1º A autoridade processante dará início ao processo determinando a citação pessoal do indiciado, a fim de que possa acompanhar todas as fases do processo, marcando dia para tomada de seu depoimento.

§ 2º Achando-se o indiciado em lugar incerto, será citado por edital com prazo de quinze dias.

§ 3º Se o fundamento do processo por abandono de cargo a autoridade processante fará divulgar edital de chamamento pelo prazo de quinze dias.

§ 4º A autoridade processante procederá a todas as diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, recorrendo, quando preciso, a técnicos e peritos.

§ 5º Os atos, diligências, depoimentos e as informações técnicas ou periciais serão reduzidos a termo nos autos de processo.

§ 6º Dispensar-se-á o termo, no caso de informações técnicas, se constar de laudo junto aos autos.

§ 7º Os depoimentos testemunhais serão tomados do indiciado e de seu defensor, para tanto devidamente cientificados.

§ 8º É facultado ao indiciado ou a seu defensor reperguntar às testemunhas, por intermédio do presidente, que poderá indeferir as perguntas que não tiverem conexão com a falta, considerando-se no termo as perguntas indeferidas.

§ 9º Quando a diligência requerer sigilo em defesa do interesse público, dela só se dará ciência ao indiciado depois de realizada.

Artigo 248 Se as irregularidades objetos de processo administrativo constituírem crime, a autoridade processante encaminhará cópia das peças necessárias ao órgão competente para instalação do inquérito policial.

S E C Ç Ã O I I I

DA DEFESA DO INDICIADO

Artigo 249 A autoridade processante assegurará ao indiciado todos os meios necessários à sua plena defesa.

§ 1º O indiciado poderá constituir procurador para tratar de sua defesa.

§ 2º No caso de revelia, a autoridade processante designará, ex-offício, um funcionário ou advogado que se incumba da defesa do indiciado revel.

Artigo 250 Tomado o depoimento do indiciado, terá ele vista de processo na repartição pelo prazo de cinco dias, para preparar sua defesa prévia e requerer as provas que deseja produzir. Havendo dois ou mais indiciados, o prazo será comum e de dez dias, após o depoimento do último deles.

Artigo 251 Encerrada a instauração do processo, a autoridade processante abrirá vista dos autos ao indiciado ou seu defensor para, no prazo de quinze dias, apresentar suas razões de defesa final.

Parágrafo único. A vista dos autos será dada na repartição onde estiver funcionando a autoridade processante e sempre na presença de um funcionário devidamente autorizado.

S E C Ç Ã O I V

DA DECISÃO

Artigo 252 Apresentada a defesa final do indiciado, a autoridade processante apreciará todos os elementos do processo, apresentando o seu relatório, no qual proporá, justificadamente, a absolvição ou punição do indiciado, nesta última hipótese, a pena cabível e seu fundamento legal.

Parágrafo único. O relatório e todos os elementos dos autos serão remetidos ao Prefeito, no prazo de dez dias, a contar da data da apresentação da defesa final.

Artigo 253 A autoridade processante ficará à disposição do Prefeito, até a decisão final do processo, para prestar qualquer esclarecimento julgado necessário.

Artigo 254 O prefeito, recebido os elementos previstos no artigo 253, apreciará as conclusões da autoridade processante, tomando as seguintes providências, no prazo máximo de vinte dias:

I - se discordar das conclusões do relatório, designará outra comissão ou autoridade jurídica para reexaminar o processo e propor, no prazo máximo de dez dias, o que entender cabível, ratificando ou não as conclusões;

II - se acolher as conclusões do relatório da autoridade processante, aplicará a pena proposta, ou absolverá o indiciado.

§ 1º No caso do item I deste artigo, o Prefeito, após receber o processo em devolução, terá o prazo de dez dias para proferir a decisão final.

§ 2º Se o processo não for decidido nos prazos previstos neste artigo, o indiciado assumirá automaticamente o exercício do cargo, aguardando aí o julgamento.

§ 3º No caso de alcance ou malversão de dinheiro público, apurado nos autos, o afastamento se prolongará até a decisão final do processo administrativo.

Artigo 255 Da decisão final do processo, são admitidos os recursos previstos neste Estatuto.

Artigo 256 O funcionário só poderá ser exonerado a pedido após a conclusão definitiva do processo administrativo a que estiver respondendo e desde que reconhecida a sua inocência.

Artigo 257 A decisão definitiva proferida em processo administrativo só poderá ser alterada através do processo de revisão.

Artigo 258 Nos casos omissos aplicam-se, subsidiariamente, às disposições concernentes ao funcionalismo da União.

C A P Í T U L O I I I

DA REVISÃO

Artigo 259 A qualquer tempo, poderá ser requerida a revisão do processo administrativo de que resultou pena disciplinar, quando se aduzirem fatos ou circunstâncias suscetíveis de demonstrar a inocência do funcionário.

§ 1º A revisão só poderá ser requerida pelo funcionário punido.

§ 2º Tratando-se de funcionário falecido ou declarado ausente, por decisão judicial, a revisão poderá ser requerida por ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.

§ 3º Não constitui fundamento para a revisão a simples alegação de injustiça da penalidade.

Artigo 260 Correrá o processo de revisão em apenso aos autos do processo originário.

§ 1º No inicial, o requerente poderá pedir a designação de dia e hora, para a inquirição das testemunhas que arrolar.

§ 2º O processo de revisão será realizado por comissão designada na forma do artigo 246 deste Estatuto.

Artigo 261 As conclusões da comissão serão encaminhadas ao Prefeito, dentro de dez dias.

Artigo 262 Julgada procedente a revisão, será tornado sem efeito a penalidade imposta, restabelecendo-se todos os direitos por ela atingidos.

T Í T U L O X

C A P Í T U L O Ú N I C O

DOS FUNCIONÁRIOS DA CÂMARA MUNICIPAL

Artigo 263 As disposições deste Estatuto aplicam-se aos funcionários da Câmara Municipal, com as modificações previstas neste Título.

Artigo 264 Compete ao Presidente da Câmara Municipal:

I - os atos de provimento dos cargos públicos da Câmara Municipal e os de exoneração, demissão, cassação de aposentadoria e disponibilidade de seus funcionários;

II - a determinação de abertura de sindicância ou processo administrativo, visando apurar irregularidades verificadas nos serviços administrativos da Câmara;

III - a aplicação, a seus funcionários, das penalidades previstas neste Estatuto;

IV - a decisão do processo administrativo e do processo de revisão;

V - demais atos que no Executivo são da competência do Prefeito.

Artigo 265 Aplicam-se no que couber, aos funcionários da Câmara Municipal, o sistema de classificação e níveis de vencimentos dos cargos do Executivo Municipal.

Artigo 266 A Câmara Municipal somente poderá admitir funcionário mediante concurso público de provas ou de provas e títulos, após a criação dos respectivos cargos, por Lei aprovada pela maioria absoluta de seus membros, e na forma fixada pelos §§ 3º e 4º do artigo 108 da Constituição Federal.

T Í T U L O X I

C A P Í T U L O _ N I C O

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 267 O dia 28 de outubro é consagrado ao Funcionário Público Municipal.

Artigo 268 Serão contados em dias corridos os prazos previstos neste Estatuto.

Parágrafo único. Nas contagens dos prazos excluir-se-á o dia inicial e incluir-se-á o dia do vencimento. Se deste dia cair em sábado, domingo, feriado ou ponto facultativo, o prazo considerar-se-á prorrogado até o primeiro dia.

Artigo 269 É assegurado aos funcionários o direito de se agruparem em associações de classes, sem caráter político ou ideológico.

Parágrafo único. Essas associações, de caráter civil, terão faculdade de representar, coletivamente, os seus associados perante as autoridades administrativas, em matéria de interesse da classe.

Artigo 270 Por motivo de convicção filosófica ou política, nenhum funcionário poderá ser privado de qualquer de seus direitos, nem sofrer alteração em sua atividade funcional.

Artigo 271 Os funcionários municipais vinculados a órgão previdenciário para os quais são concedidos benefício equivalentes aos estatutários, perceberão tais benefícios por parte do referido órgão, cabendo à Prefeitura pagar a diferença, em caso desta existir.

Artigo 272 É vedada a remoção do funcionário investido em cargo eletivo, desde a expedição do diploma até o término do mandato.

Artigo 273 Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 23 de agosto de 1.973.

JAMIL FARES MIDAUAR
Prefeito Municipal

ALTEVIR SANTOS RAGAZZI
Oficial Administrativo